

Hospital abandona a Prefeitura

Jornal da Tarde, 16/12/2010

Congregação Santa Catarina desistiu dos contratos de gestão de três prontos-socorros

BRUNO RIBEIRO

bruno.ribeiro@grupoestado.com.br

A Secretaria Municipal de Saúde perdeu uma de suas parcerias privadas encarregadas de gerenciar centros médicos da cidade. Os prontos-socorros do Grajaú, de Perus e de Parelheiros, que eram administrados pela Associação Congregação de Santa Catarina, ficaram sem gestores, segundo nota publicada ontem no *Diário Oficial da Cidade*. O convênio com unidades na região de Cidade Ademar será mantido.

O motivo oficial da rescisão do contrato não foi divulgado, mas membros do Conselho Municipal de Saúde dizem que os repasses vindos da Prefeitura para cuidar desses PSs não eram suficientes.

O desligamento ocorre em um momento em que o modelo de gestão adotado pela Prefeitura, com a contratação de Organizações Sociais (OSs), é questionado pelo Ministério Público Estadual e pelo Tribunal de Contas do Mu-

nicípio. O tribunal, conforme o JT noticiou no dia 3, julgou irregular um desses contratos: a Prefeitura pagava por serviços que não eram feitos na zona leste. Já o MP entrou anteontem com uma ação civil pública para obrigar a Prefeitura a criar o Fundo Municipal da Saúde – para o MP, sem o fundo, o controle dos repasses às OSs fica prejudicado.

Em dois anos, entidade recebeu R\$ 234 milhões da Secretaria da Saúde para cuidar das unidades

A Associação Congregação de Santa Catarina, que é ligada ao Hospital Santa Catarina, da Avenida Paulista, fundado em 1906, recebeu R\$ 234 milhões da Prefeitura nos últimos dois anos. Com o dinheiro, deveria manter funcionando e arcar com os custos dos três prontos-socorros e de outros serviços, como o Pronto-Socorro de Cidade Ademar e de núcleos do Programa Saúde da Família.

Repasse

Segundo Cícero Rodrigues da Silva, integrante do Conselho Municipal de Saúde, a Santa Catarina

disse, em reunião ocorrida há cerca de um mês e meio, que os recursos repassados pela Secretaria de Saúde não estavam sendo suficientes para executar o serviço com qualidade. Segundo ele, com menos verba, a entidade não conseguia atingir as metas de atendimento impostas pela Prefeitura.

Dados do site da Prefeitura na internet confirmam o atendimento a quem das metas. Enquanto o esperado era de 25 mil pacientes atendidos por mês, a entidade cuidava, no máximo, de 19 mil usuários no mesmo período.

A associação diz que os pagamentos estavam sendo feitos em dia e que, com a rescisão do contrato, pretende “dar força” aos serviços prestados à Prefeitura na região de Cidade Ademar.

Em nota, a Secretaria Municipal de Saúde diz que “nenhum paciente atendido nas unidades sob gestão da Organização Social (OS) Santa Catarina ficará sem atendimento. Portanto, a população poderá contar normalmente com assistência de saúde pública em toda a região”. Ainda de acordo com o texto, a OS Santa Catarina vai permanecer nos três prontos-socorros por 180 dias, até outra OS assumir. ::

E EU COM ISSO?

Prontos-socorros são usados até por quem tem convênio

O primeiro atendimento que boa parte das vítimas de acidentes recebe é na rede pública, mesmo as que têm convênio médico. É para os prontos-socorros que bombeiros e ambulâncias levam seus socorridos. A Saúde é um dos maiores orçamentos da Prefeitura e, mesmo assim, o dinheiro não é suficiente – segundo o próprio prefeito, Gilberto Kassab. As consequências são filas e falta de médicos, de remédios e de equipamentos. Gastar bem esse dinheiro é fundamental para dar qualidade ao serviço. A Prefeitura diz que parte da solução são as Organizações Sociais, tidas como melhores gestoras. Mas os órgãos que fiscalizam esses gastos veem ressalvas no modelo.